

ANTICOMUNISMO NO BRASIL RECENTE: A INTERPRETAÇÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS.

Marcos Meinerz (UFPR).
Lucas Patschiki (UFG).

RESUMO: Desde a eleição presidencial de Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) a mídia hegemônica brasileira encarregou-se de dar o tom para um novo vagalhão anticomunista. Sobre as funções que o anticomunismo cumpre para direita muito já foi escrito: este discurso organiza uma lógica ideológica que entende a realidade numa coerência idealizada, onde as premissas históricas da ação política passam a pautarem-se por termos do imaginário social, articulando as contradições em torno da ação de um inimigo comum (geralmente organizado de maneira escusa, que atua pelo complô). Conformam-se a cisão do campo político de maneira maniqueísta, cindindo os sujeitos de modo essencialista e cuja ação dar-se-ia somente em torno de um fim histórico definido (a revolução comunista, a jihad, etc.). Entendendo que não interessa que a ação desses sujeitos seja assumida como “comunista”, mas sim o que os que acusam entendam assim, nos questionamos sobre o posicionamento dos partidos que se reivindicam como comunistas. Interrogaremos documentos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), PCO (Partido da Causa Operária) e algumas tendências internas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – nesse artigo deixamos de fora as correntes internas do PT, por entender que necessitam de leitura mais específica, vide-se o processo de transformismo deste e as tendências organizadas fora e além dos partidos institucionalizados.

Palavras-chave: Campo político; “nova direita”; fascismo.

Financiamento: CAPES; CAPES.

1. Lula lá, as gestões federais do PT:

Lula marcou sua trajetória e identidade política como um ex-operário surgido das lutas sindicais durante a ditadura civil militar empresarial, e membro fundador do PT, o maior partido de esquerda já existente no país, e da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, cujo histórico de lutas marcaram profundamente a experiência da classe trabalhadora no Brasil nas três décadas passadas. O partido durante a década de 1990 irá passar por um processo de transformismo (GRAMSCI, 2002, p. 62-64), primeiro abandonando o caráter classista e de superação do capitalismo pelo reformismo (do mesmo modo, a CUT passou a cada vez mais ser negociador dos conflitos entre capital e trabalho), para depois assumir-se como gestor competente do programa neoliberal. Não nos cabe aqui focar este processo, mas sublinhar que o PT em 2002 já não oferecia nenhum perigo (ver IASI, 2006; COELHO, 2005; GARCIA, 2008; OLIVEIRA, 2008). Nos dois mandatos de Lula (2002-2010), as combinações entre as políticas econômicas foram extremamente favoráveis ao capital financeiro, “regime de metas de inflação, política de superávit primário, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado”, e o retorno do financiamento estatal do grande capital, elemento chave para a integração as grandes empresas brasileiras na dinâmica imperialista, mesmo que de forma subalterna. Estas políticas,

somadas a liquidez de moeda no mercado internacional, propiciaram, segundo Maciel (2010, p. 120-122), “uma nova etapa do capitalismo brasileiro”, que seria caracterizada “pelo aprofundamento do padrão de acumulação dependente-associado [...] sob comando do grande capital externo, encarnado na forma das empresas transnacionais e do capital financeiro”.

Em relação às classes subalternas, este período foi marcado pela ampliação das políticas de transferência direta de renda através de programas federais, pela ampliação do crédito e pelo encapsulamento das lutas da classe trabalhadora. Dos programas de assistência social, o maior e mais importante seria o “Bolsa Família”. Este programa teve enorme repercussão social, tornando-se o trunfo político mais eficiente de Lula - efeito ampliado pelos investimentos federais nos Estados, através do Programa de Aceleração do Crescimento. Aproximando a figura do presidente com a população mais pobre, que anteriormente só conhecia a faceta repressiva do Estado, retirou das nove famílias que controlam a grande imprensa brasileira parte do seu poder: “pela primeira vez, um governante não dependia de seus proprietários, e foi odiado por isto (ANDERSON, 2011. Tradução nossa). Essa hipótese de Anderson irá situar uma das interpretações correntes sobre o sentido político do anticomunismo durante as gestões federais petistas, que são centradas no ódio a figura de Lula pela mídia hegemônica e setores políticos tradicionais. O autor complementa essa leitura, articulando a atuação anticomunista desses atores com a da coalisão política derrotada no pleito: “para Cardoso e seus seguidores, ainda dominantes na intelligentsia e na mídia, Lula encarna as tradições mais retrógradas do continente, seu governo sendo apenas outra variante do populismo demagógico” (ANDERSON, 2011. Tradução nossa). Foi crucial a articulação desses mecanismos de transferência de renda com os aumentos do salário mínimo com o crescimento generalizado da oferta de crédito consignado. Esta combinação “desencadeou um aumento sustentado do consumo popular, e uma expansão do mercado interno que, finalmente, depois de uma longa estiagem, criou mais empregos” (ANDERSON, 2011. Tradução nossa). Estas políticas tiveram como resultado principal a maior redução da pobreza na história brasileira, embora o arrocho nos gastos públicos e a política de pagamento de juros da dívida tenha sido aprofundada violentamente: a dívida interna chegou aos 2 trilhões de reais, e a externa acima de 300 bilhões de dólares (MACIEL, 2010, p. 126).

Da leitura de Maciel sobre o período deriva-se que o anticomunismo serviu, prioritariamente, como elemento de pressão para que as gestões federais petistas cumprissem os acordos firmados com a burguesia e o imperialismo, visando, especialmente, que nos momentos de acirramentos das tensões políticas e sociais, não existisse campo para que o PT apresentasse medidas de cunho popular. Neste caso o anticomunismo seria retroalimentado pelo próprio PT, que, num primeiro momento, o instrumentalizou para combater os setores mais radicais de sua militância e depois passou a utilizá-lo como elemento ideológico de distinção entre o seu programa político-eleitoral e o da oposição, pela “armadilha do mal menor” (ruim com o PT, pior sem ele) (MACIEL, 2011). Após a primeira gestão federal de Lula confirmou-se o realinhamento eleitoral da sua base política, que dos estratos médios urbanos da sociedade, desiludidos com a continuidade das políticas econômicas neoliberais e pelos casos de corrupção na primeira gestão petista, especialmente no caso do “mensalão”, passa para o que Singer (1981, p. 22-24) compreendeu como o “subproletariado” brasileiro, que seria quase a metade da população. Esta mudança foi decisiva para reeleição de Lula em 2006 e consolidou o que o autor chamou de “lulismo” (SINGER, 2012, p. 8). O lulismo é renovado na primeira eleição de Dilma Rousseff, revigorado pelo aumento de consumo interno propiciado pelas ações anticíclicas tomadas por Lula após a crise estadunidense de 2008. “No ano da eleição presidencial, o desemprego recuou para abaixo do período pré-crise”, sendo que nessa fase “o modelo lulista, em seu auge, não era apenas o reflexo da conjuntura internacional, mas tinha voo próprio” (SINGER, 2012, p. 154). O anticomunismo, dentro da tese de Singer (ele chama de “antilulismo”, evitando assim outras questões), se daria porque o PT, ao melhorar as condições de vida das frações mais miseráveis da classe trabalhadora, as inserindo no mundo do consumo, deparou-se com o problema da ocupação destes espaços de consumo, antes monopolizados pela burguesia (grande e pequena), fazendo emergir contradições classistas que desembocam no ódio de classe, que seria o motor social para o anticomunismo (SINGER, 2012, p. 09-10).

Com a eleição a pupila de Lula as contradições encerradas pelo aprofundamento do modelo neoliberal começam a gerar fissuras no pacto social que Lula efetivou entre as frações da classe dominante (SINGER, 2012, p. 155-168), o que emerge de maneira mais concreta com as chamadas Jornadas de Junho de

2013, quando o “lulismo” efetivamente é estilhaçado: *para as classes dominantes a única barganha que poderia ser oferecida política e socialmente somente pelo PT era o apaziguamento da luta de classes pela cooptação, pelo transformismo das organizações das classes subalternas.* Agora estas mesmas lutas (que passaram a serem “invisíveis” desde o primeiro governo Lula, o que gerou, obviamente o aumento na violência contra os de baixo) geraram contradições suficientes para emergirem sob novas formas, não por sinal, muito mais autônomas em sua forma e radicais em seu conteúdo, já que constituídas contra as organizações aparelhadas e burocratizadas por um partido de origem na luta popular. A marca distintiva mais clara entre os governos Lula e de Dilma reside exatamente no retorno ao combate sistemático aos movimentos populares como política de Estado.

E durante as próprias manifestações de rua aparecem os primeiros sinais de recepção social positiva do anticomunismo, especialmente por parte dos estratos sociais médios urbanos, que irão dar aos protestos de rua, quando estes generalizam-se e escapam ao controle do movimento que os desencadeou, o Movimento Passe Livre, forte tom nacionalista, antipartidário e que passará a ser baseado numa abstrata e moralizante ideia de “união nacionalista contra a corrupção”. O foco de luta deixa de ser sistêmico e passa ser enquadrado dentro da lógica ideológica do bode expiatório, que como veremos, é um dos mecanismos centrais do anticomunismo. Após 2013, com as ruas em disputa, observa-se a radicalização da oposição de direita, com a conformação de movimentos abertamente golpistas, fascistas e/ou pró-Ditadura militar. Esses grupos, surgidos e disseminados na internet, com as marchas de 2015 (ESTADÃO, 26.03.15) conformam um novo momento em sua articulação, com a afirmação orgânica de grupos locais, municipais, o que, não por sinal, foi acompanhada do aumento da violência aberta contra seus “inimigos” (DIÁRIO LIBERDADE, 05.08.15). O incremento da agressão, seguido do fim de expansão possível da economia nos marcos definidos nas gestões petistas ainda torna a situação mais complexa, pois a crise é instrumentalizada politicamente para aprofundar os mecanismos de espoliação de direitos e de blindagem do Estado autocrático burguês, que não se resumem, mas são evidentes, na chamada “agenda brasil” (que avança violentamente contra os direitos garantidos para a classe trabalhadora pela Constituição de 1988) (FOLHA DE S. PAULO, 10.08.15) e na lei “contra o

terrorismo” (que vai no mesmo sentido contra suas organizações, movimentos e partidos organizados) (ESTADÃO CONTEÚDO, 12.08.15).

2. Teorias conspiratórias e o anticomunismo:

Para entendermos melhor essa nova onda anticomunista, precisamos compreender o seu principal mecanismo, ou seja, a lógica ideológica das teorias conspiratórias (bode expiatório) na sociedade. exacerbaram-se durante o período eleitoral, no qual pudemos observar certo irracionalismo que grassou em nossa sociedade, substituindo as filosofias da história pelas teorias conspiratórias. Nesse ambiente, ficou evidente que o preconceito contra pobres, o ódio, o racismo e a xenofobia, estavam presente na mente de muitas pessoas.

No que diz respeito à presença das teorias conspiratórias nas manifestações que estão ocorrendo no Brasil desde 2014, seja nas ruas ou nas mídias sociais, uma pesquisa coordenada por Ortellado e Solano (2015), revelou que a maioria dos manifestantes de São Paulo no dia 12 de abril acreditam em teorias conspiratórias. Segundo a pesquisa, que ouviu 571 pessoas: 64% acham que o PT quer implantar um regime comunista no Brasil, 56% creem que o Foro de São Paulo quer criar uma ditadura bolivariana no Brasil, 53% acham que o Primeiro Comando da Capital (PCC) é um braço armado do PT, e 42% concordam que o PT trouxe 50 mil haitianos para votar na Dilma nas últimas eleições.

O que torna o pensamento conspiratório interessante e historicamente importante de se estudar é que frequentemente ele afeta milhares de pessoas, e muitas vezes tais teorias são difundidas entre amplos setores da população em determinados períodos. Teorias conspiratórias florescem quando as pessoas se sentem excluídas do processo político. A ascensão da classe política e a distância cada vez maior entre as elites e o eleitorado ajudam a estimular a crença em conspirações (GOODRICK-CLARKE, 2004). A denúncia de uma conspiração, de um complô, não deixa de se inscrever em um clima psicológico e social de incerteza, insegurança, de temor ou de angústia. São nos “períodos críticos” da sociedade que os mitos se afirmam e aparecem com maior nitidez, impõem-se com mais intensidade e exercem com mais violência seu poder de atração. Em tempos de crise e incerteza, as teorias da conspiração podem surgir entre grupos que acreditam estar em desvantagem política ou social em comparação a outros grupos julgados por possuírem um *status* social superior (GIRARDET, 1987).

Adeptos às crenças conspiratórias possuem suas visões de mundo que podem ser caracterizadas como maniqueísta, no sentido de entenderem o mundo como uma luta mítica entre a luz e as trevas, entre os reinos do bem e do mau, e acham que esta polarização persistirá até o final da história, quando o mau finalmente será derrotado. Uma visão de mundo conspiratória implica em um universo governado por um projeto bastante aleatório que se manifesta em três princípios encontrados em praticamente todas as teorias da conspiração: 1) Nada acontece por acaso. Conspiração sugere um mundo baseado na intencionalidade, a partir do qual acidente e coincidência não existem. Tudo que acontece ocorre porque foi desejado. O resultado é um mundo de fantasia, muito mais coerente do que o mundo real. 2) Nada é como parece. As aparências enganam, porque os conspiradores querem enganar a fim de disfarçar suas identidades ou as suas atividades. 3) Tudo está conectado. Porque no mundo dos seguidores das teorias da conspiração não há espaço para acidentes e coincidências. Teorias conspiratórias são atrativas em parte porque elas começam com um grão de verdade envolto em crenças sociais pré-existentes, nascem da necessidade de explicar o mundo, “isso fornece um benefício psicológico para as pessoas que acreditam nessas teorias” (BARKUN, 2003).

Porém, ao mesmo tempo em que as teorias conspiratórias tentam explicar o mundo simplificando-o, elas parecem ser construções mentais bastante complexas. São criadas em situações em que você tem eventos em que as pessoas acham difícil de aceitar a explicação oficial. Pessoas que acreditam em alegações conspiratórias às vezes agem sobre essas crenças irracionais, o que tem consequências concretas no mundo real. Criando um ambiente onde o racismo, o fanatismo, o antissemitismo, e outras formas de preconceito e opressão podem florescer (BERLET, 2009).

Teorias da conspiração refletem medos reais e problemas sociais verdadeiros. Para ele, a crença em teorias da conspiração ajuda as pessoas a dar sentido a uma realidade inóspita e confusa, racionaliza as suas dificuldades atuais e alivia parcialmente seus sentimentos de impotência. Neste sentido, não são diferentes de qualquer número de crenças religiosas, sociais ou políticas (BALE, 2007). *Ao explicar o mundo de forma maniqueísta, as teorias conspiratórias*

deslocam-se da interpretação social ideológica à uma interpretação ontológica da realidade.

O anticomunismo é apresentado como a “necessidade” de opor-se conseqüentemente aos que não transigem na necessidade de transformação revolucionária da realidade social (ou assim são qualificados). Para os atores que o assumem, toma a forma de uma ciência política contrarrevolucionária, o método para expurgação do agente social “infiltrado”. Pode ser definido, em sentido amplo, “como uma hostilidade sistemática ao comunismo, traduzindo-se de acordo com seu grau de desenvolvimento questionando o suporte teórico e ideológico do comunismo (o marxismo) ou das forças e regimes que o encarnariam (os partidos comunistas, os ‘países socialistas’)” (LAVABRE *In.* BENSUSSAN; LABICA, 1982. p. 39-40. Tradução nossa).

O anticomunismo já apareceria na abertura do “*Manifesto do Partido Comunista*”, onde Marx e Engels (1998, p. 7) perguntavam “qual partido de oposição não foi qualificado de comunista por seus adversários no poder? Qual partido de oposição, por sua vez, não lançou de volta a acusação de comunista, tanto a outros opositores mais progressistas quanto a seus adversários reacionários?”. Disso podemos extrair duas questões, que são complementares na prática anticomunista: primeiro, a função de difundir o medo do comunismo, o que Lavabre (*In.* BENSUSSAN; LABICA, 1982. p. 40. Tradução nossa) compreende tratar-se de “dotar aos objetivos imediatos dos comunistas a negação absoluta de valores (propriedade, família, nação) da sociedade burguesa”, enxergando em cada ação, em cada bandeira dos comunistas um caminho para um fim geral determinado: a revolução e a ditadura do proletariado como fim histórico determinado – o que permite que sejam atribuídas ações “comunistas” aos atores mais diversos. O segundo elemento é a inevitável ação mistificadora da realidade política e social que o anticomunismo cumpre. A ampliação escusa e ao mesmo tempo totalizante que o anticomunismo efetua, a ponto do inimigo só ser possível de visualização como “espectro”, também cumpre uma função relacionada com a questão anterior: partindo da possibilidade de “qualificar” diversos elementos contaminados, ou melhor, passando a dotar as práticas políticas mais diversas de um sentido político específico, “comunista”, os projetos políticos irracionalistas (como o fascismo), retórica e ideologicamente, passam a assumir-se como os portadores da gênese de

um projeto de sociedade ou se assumem como os guardiões últimos da sociedade existente:

É o elemento que os distingue dos demais agrupamentos reacionários que aceitam o convívio democrático com as demais tendências políticas, pois estes grupos irracionais são constituídos como “antítese do inimigo”, como um partido “antirrevolucionário” por excelência, de formatação inversamente semelhante, o que, além de afirmação maior da sua imunidade diante da disseminação viral do inimigo, os permitem arrogar-se retoricamente de uma compreensão supostamente totalizante da sociedade e seus problemas. Tal movimento acaba por reduzir o campo político em duas posições irremediavelmente contrárias: uma leitura social binária, maniqueísta. Desta redução do campo político, entre prós e contras, gera-se uma desqualificação generalizante da própria política, que passa a ser compreendida como expressão de duas naturezas distintas (onde cada posicionamento torna-se *somatória direta* em direção a um fim da história), e que poderia ser resumida na divisão entre bem e mau.

3. Os partidos autointitulados comunistas:

Pesquisando no *site* do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a referência ao anticomunismo aparece em 648 artigos e notícias, onde esse elemento é elaborado em sua relação com os mais variados aspectos da luta de classes. Talvez a marca distintiva aqui seja o fato do PCB o abordar não o isolando em alguma conjuntura (como a crise) ou derivando da ação de um movimento político específico (como o fascismo). Assim, se o anticomunismo ganha espaço nas mais diversas leituras, ele é reivindicado, antes de qualquer coisa, como se fosse reafirmação da importância dos próprios comunistas em diferentes conjunturas. Para o PCB, o anticomunismo é meramente a oposição contra o (seu) partido, o que revela uma constante reafirmação sua como instrumento revolucionário inevitável. Já em informe político do Informe Político do VII Congresso da União da Juventude Comunista (20.05.15) essa leitura aparece muito mais elaborada: “a conciliação de classes e a perda de autonomia política da classe trabalhadora brasileira fortaleceu as forças políticas mais conservadoras e reacionárias do país. O anticomunismo volta a ser uma expressão forte no Brasil”. Agora o fenômeno ganha sentido político e social, compreendido dentro das mudanças no bloco no poder, no esvaziamento

pedagógico da esquerda pelo transformismo petista. A análise mais detida é de Iasi, candidato à Presidência pelo partido em 2014. Começa situando que “o conservadorismo sempre esteve por aqui, forte e persistente. O fato é que não foi enfrentado como deveria e nos cabe perguntar: *por que?*” (IASI, 16.04.15). E segue, buscando compreender que este é delimitado pela luta de classes, apontando que a estratégia, que atribui sem palavras ao PT, e que chama de “democrática popular”, foi insuficiente diante do Estado autocrático burguês brasileiro, e que a ampliação democrática na verdade foi um incremento à hegemonia burguesa, ou seja, que somente a vontade política, mesmo do maior partido de esquerda do Ocidente, não foi suficiente, já que não veio acompanhada por mudanças nas relações sociais de produção. E aponta duas questões políticas que permitiram ao conservadorismo avançar: “a estratégia gradualista e o governo de pacto social que dela deriva”, que minaram a consciência de classe construídas pela classe trabalhadora tendo o PT e CUT como principais organizadores, diluindo “as diferenciações de classe, em outras coisas, com a enganosa ideia de nação” (IASI, 16.04.15). Neste sentido abre-se campo para atuação ofensiva da direita e dos interesses de classe que representa – ou seja, Iasi de maneira muito mais elaborada consegue compreender organicamente a ofensiva ideológica e prática contra a classe trabalhadora em um único movimento histórico:

Enganam-se os que querem restringir o pensamento conservador a uma categoria de eleitores, ou apenas aos segmentos médios [...] O alvo é outro. São os trabalhadores. Por isso o abandono das demandas próprias de nossa classe pelo governo de pacto social é o caminho mais rápido para dotar a alternativa de direita da base social que ela precisa (IASI, 16.04.15).

O artigo de Iasi articula os indicativos visualizados anteriormente ao centrar o imperativo da atuação política dos comunistas, ao afirmar a necessidade histórica do programa comunista. Não buscar compreender o anticomunismo, ou o conservadorismo, em sua especificidade histórica, pois considera expressão obrigatória do capital (não sem motivo, nesse ponto do texto passa a referenciar autores como Althusser e Freud). Assim, ignora algumas mediações que poderiam cumprir papel tático decisivo na atuação do partido, como a questão da democracia, que é deixada de lado para a ênfase estratégica (a superação das relações de produção capitalistas). Isso denota um bloqueio reativo do partido e de sua militância, especialmente neste ponto, de ampla capacidade mobilizadora, como visto em Singer (2012), o desconsiderando ao assemelhar com a estratégia petista

(do mesmo modo não podemos concordar que a prática política petista nas gestões federais refira-se a qualquer programa “democrático popular”). Assinalemos, que estes senões podem ser justificados pelo formato do documento, um artigo de debate e não uma tese congressual, embora a verificação dos demais documentos não dê a entender que estas questões tenham sido desdobradas em outras análises.

Os artigos relacionados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) possuem posicionamentos claros sobre a conjuntura política atual: impeachment não é a solução, nem PT, nem PSDB, nem PMDB os representa; construir uma greve geral formando um bloco entre trabalhadores, centrais sindicais e movimentos populares, contra o governo, os patrões e a direita. Dessa forma, procuram promover sua política ideológica como um viés possível para o país superar a crise. As manifestações não reivindicam nada sobre: a remoção de direitos que o governo do PT está fazendo. A razão disso, para o partido, é que quem está teoricamente por trás da organização das manifestações são pessoas ligadas a oposição de direita e a grupos que querem a volta do regime militar (PSTU, 18.03.2015). Para Zé Maria, seu presidente nacional do PSTU, um impeachment seria trocar seis por meia dúzia. Ou seja, seria destituir um governo marcado pela corrupção por outro tão corrupto quanto (PMDB ou PSDB) que vai atacar os direitos dos trabalhadores para defender os grandes banqueiros (MARIA, 27.02.2015). Contra o PT, PSDB e PMDB, o PSTU defende a organização de uma manifestação contra o governo e à sua oposição burguesa patronal de direita, que são os “dois lados de uma mesma moeda” quando se fala em ajuste fiscal e corrupção. Nesse norte, seria preciso formar as bases de uma greve geral que desmantele as medidas que agridem a classe trabalhadora (PSTU, 18.03.2015): o PSTU convoca os movimentos sociais e populares e as centrais sindicais a formar uma Greve Geral.

O mote do anticomunismo para o PSTU se torna um elemento unificador da classe trabalhadora (embora, nessa “frente” também busca-se agregar a classe média, pois sofrem com “a inflação, as contas das escolas dos filhos, dos planos de saúde”) e dos movimentos sindicais, sob objetivos bem definidos, os seus próprios. A alternativa à esquerda que buscam construir seria o próprio partido, “acusando” os demais agrupamentos de esquerda de heterogeneidades sociais e ideológicas, ao mesmo tempo que elegem-se como representantes autorizados da doutrina.

Na página do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) encontramos apenas 8 referências às manifestações que ocorrem no Brasil desde a Jornada de Junho de 2013. Os artigos usam o mote do anticomunismo imbricado nessas reivindicações para fazer críticas especialmente a três nortes bem definidos: 1) Criticar o discurso ao ódio e a intolerância. 2) Criticar a mídia hegemônica (principalmente a Rede Globo) por disseminar o discurso da intolerância e do preconceito. 3) Criticar o governo PT e o sistema político atual. Ivan Valente, deputado federal da legenda, afirma que os movimentos pró-impeachment e anticomunistas que estão ocorrendo desde o início de 2015 no país, não são muito atentos às regras democráticas. O fascismo, dessa forma, avança nas sociedades em momentos de crise econômica, ausência de saídas políticas nos marcos da democracia e avanço da ideologia reacionária. Atitudes fascistas prosperam nos momentos de polarização política, no qual podemos observar nas ruas e nas mídias sociais: a intolerância religiosa, o preconceito contra nordestinos e o povo pobre do país (VALENTE, 29.10.2014). A mídia (na maioria das vezes a referência é à TV Globo) têm papel destacado para o PSOL no avanço da intolerância, do ódio, e do preconceito, quando buscam tirar proveitos de situações complexas que exigem cautela: O primeiro aspecto a se destacar é que essa “falta de instrução” e má fé da mídia brasileira leva o povo a crer que o possível impeachment da presidente da República resolverá o problema da corrupção. Não resolverá! (MAGALHÃES, 23.03.2015). Juntamente com a grande crítica tecida aos meios de comunicação, o partido joga também a responsabilidade da atual situação política do Brasil ao governo petista, quando renovou as concessões de comunicação sem amplo debate (MAGALHÃES, 23.03.2015). A perspectiva e o caminho que se apresenta para superar a conjuntura atual de crise econômica e política e o quadro de ódio e intolerância, será pela via da esquerda. Defendendo pautas que se tornarão mal vistas e impopulares para a mídia hegemônica (como a regulamentação da mesma, a reforma política e a taxaço das grandes fortunas do país), que é vista como conservadora e manipuladora de informações. Nesta perspectiva, defende-se uma maior participação e efetividade dos partidos de esquerda na construção e formação de uma mídia mais regularizada e democrática (não se restringindo apenas as poucas famílias que monopolizam os meios de comunicação de massa no país), para que a partir disso, as outras reformas sejam possíveis.

No *site* do PCO encontramos 169 referências ao anticomunismo, sendo que o partido o utiliza para determinar movimentos políticos historicamente reconhecíveis: o fascismo, a extrema-direita, o Estado de exceção, o imperialismo (PCO.ORG.BR, 15.08.15). Isto os permite associar os “novos” fenômenos a experiências históricas anteriores, buscando mediar através da avaliação dessas experiências de luta as suas possibilidades de atuação: “como nos ensinou Leon Trotski em seus textos sobre a ascensão do Nazismo, é tarefa da esquerda lutar por uma frente única anti-fascista. Em primeiro lugar, derrotar os golpistas” (PCO, 15.03.15).

Essas relações são feitas mais pela via de convergência doutrinária/ideológica e pela relação organizativa direta do que pela análise das relações de força do período. Isto gera uma postura política muito mais combatente (chegaram inclusive a afirmar que o golpe já estaria em andamento no Brasil) (PCO, 03.03.15), pois a tarefa que assumem é a de combater o fascismo, já que financiado e dirigido pela burguesia e pelo imperialismo (PIMENTA, 15.03.15). Isto vai no sentido contrário dos outros partidos de esquerda, especialmente o PSTU e o PSOL, que entendem que o PT utiliza a ascensão destes atores fascistas para silenciar os movimentos e forças populares diante do aprofundamento das políticas neoliberais dentro da lógica do “mal menor”. O PCO irá abrir fogo contra essa posição: “O Psol e o PSTU, nesse momento, levam para os braços da direita seus militantes. Não existe meio termo. O País se dividiu “oficialmente” nos dias 13 e 15”. O que gera um resultado político contraditório, visto, que dada sua filiação trotskista, assumem a tarefa de “lutar por uma frente única anti-fascista”, ao mesmo tempo cindem a possibilidade de unificação diante da bandeira pela virulência do ataque contra a posição dos demais partidos.

5. Considerações finais:

Obviamente, nos encontramos no olho do furacão, não nos sendo possível determinar como e onde esse processo nos irá levar, mas podemos sem nenhum problema já afirmar, que os estrangimentos sociais que foram quebrados em torno do ódio político e de classe não são passíveis de serem resolvidos por nenhum acontecimento ou decisão política – a inflexão democrática gerada pela interiorização desse tipo de linguagem analfabeta das questões públicas atinge toda uma geração e só redundará em perdas para a política como um todo.

Bibliografia:

- ANDERSON, P. **"Lula's Brazil"**. London Review of Books. Vol. 33, n. 7, 31.03.2011. Disponível em <http://www.lrb.co.uk/v33/n07/perry-anderson/lulas-brazil>, acessado em 10.09.11.
- BALE, J. **Political paranoia v. political realism: on distinguishing between bogus conspiracy theories and genuine conspiratorial politics**. In: Routledge Taylor & Francis Group. Patterns of Prejudice, vol. 41, no. 1, 2007.
- BARKUN, M. **A culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America**. London: University of California Press, 2003.
- BARKUN, M. Entrevista. In: Portal online Terra. **Conspiração e 11/9: teorias simplificam o mundo, diz analista**. 8/11/2011.
- BERLET, C. **Toxic to Democracy: Conspiracy Theories, Demonization, & Scapegoating**. Somerville, EUA: Political Research Associates, 2009.
- BONET, L. **"Anticomunismo"** (verbete). In. BOBBIO, N (et al.). Dicionário de política. Brasília: UNB, 1998.
- COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.
- COSTA, A. **Cuidado, 2015 vem aí!** 14.12.14. Disponível em http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8021:cuidado-2015-vem-ai&catid=36:diversos, acessado em 14.08.15.
- DIÁRIO LIBERDADE. **"Intolerância e perseguição política: dez grandes ataques à esquerda desde 2014"**. Diário Liberdade, 05.08.15. Disponível em <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/antifascismo-e-anti-racismo/57209-intoler%C3%A2ncia-e-persegui%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-dez-grandes-ataques-%C3%A0-esquerda-desde-2014.html#.VcJARXYIWWM.facebook>, acessado em 13.08.15.
- ESTADÃO CONTEÚDO. **"Câmara aprova projeto que pode enquadrar manifestante como terrorista"**. Brasil Post, 12.08.15. Disponível em http://www.brasilpost.com.br/2015/08/12/camara-aprova-projeto-que_13_n_7979812.html, acessado em 13.08.15.
- ESTADÃO. **"Falta cultura política aos meninos da marcha', diz jurista Miguel Reale Junior"**. UOL Notícias. 26 de maio de 2015. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/26/falta-cultura-politica-aos-meninos-da-marcha-diz-jurista-miguel-reale-junior.htm>, acessado em 13.08.15.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- FOLHA DE S. PAULO. **"Veja as propostas que o PMDB apresentou para superar a crise"**. Folha Online, 10.08.15. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1667031-veja-as-propostas-que-o-pmdb-apresentou-para-superar-a-crise.shtml>, acessado em 13.08.15.
- GARCÍA, C. S. Á. **Para: todos os Partidos Comunistas e Operários irmãos**. 01.11. Disponível em <http://pcb.org.br/portal2/date/2011/01>, acessado em 14.08.15.
- GARCIA, C. **PT: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2008.
- GASTAUD, G. **Superar o anticomunismo**. 30.12.09. Disponível em http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=97:sair-do-anticomunismo&catid=43:imperialismo, acessado em 13.08.15.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Sol Negro: Cultos Arianos, Nazismo Esotérico e a Política de Identidade**. São Paulo: Madras, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, M. L. **De onde vem o conservadorismo?** 16.04.15. Disponível em http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8392:de-onde-vem-o-conservadorismo&catid=36:diversos, acessado em 13.08.15.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LAVABRE, M-C. **“Anticomunismo”** (verbete). In. BENSUSSAN, G.; LABICA, G. Dictionnaire critique du marxisme. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

MACIEL, D. **“Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula”**. Anais Marx e o marxismo 2011: teoria e prática. Disponível em <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC401F.pdf>, acessado em 10.12.11.

MACIEL, D. **“Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula”**. **Universidade e Sociedade**. n. 46. Brasília: ANDES-SN, 2010.

MAGALHÃES, M. **A inexplicável virtude da ignorância**. 23.03.2015. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/778/a-inexplicavel-virtude-da-ignorancia?p=2>. Acessado em 18.08.2015.

MARIA, J. **Impeachment não é a solução**. 27.02.2015. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/21312>. Acessado em 18.08.2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **“Manifesto do Partido Comunista”**. In. REIS FILHO, D. A. (org.). O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

OLIVEIRA, M. E. de. **Sob o signo do “novo sindicalismo”**: das mudanças de identidade e de estratégia, na trajetória do PT e da CUT, à consolidação do populismo sindical no Governo Lula. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2008.

PCB.ORG.BR. **Busca por “anticomunismo”**. Disponível em <http://pcb.org.br/portal2/466>, acessado em 12-15.08.15.

PCO.ORG.BR. **Busca por “anticomunismo”**. Disponível em <http://www.pco.org.br/busca>, acessado em 15.08.15.

PCO. **Onde é que fica exatamente a manifestação do “nem 13, nem 15”?** 15.03.15. Disponível em http://www.pco.org.br/nacional/onde-e-que-fica-exatamente-a-manifestacao-do-nem-13-nem-15/abpa,o.html?fb_comment_id=876432512398229_876870845687729#f23303c9d8, acessado em 16.08.15.

PCO. **Está em marcha um golpe de Estado no Brasil**. Tudo o que você precisa saber sobre a situação política nacional, 03.03.15. Disponível em <http://www.pco.org.br/nacional/esta-em-marcha-um-golpe-de-estado-no-brasil/apso,p.html>, acessado em 16.08.15.

PIMENTA, R. C. **A burguesia nas ruas**. 15.03.15. Disponível em <http://www.pco.org.br/editorial/a-burguesia-nas-ruas/abpe,b.html>, acessado em 16.08.15.

PSTU. **A classe operária e os trabalhadores precisam entrar em campo contra o governo do PT e contra o PSDB**. 18.03.2015. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/21354>. Acessado em 18.08.2015.

PSTU. **Manifestações do dia 16 aceitam Aécio e Cunha e ficam menores.** 17.08.2015. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/21649>. Acessado em 18.08.2015.

RMT. **Basta de falsas ilusões!** 02.03.15. Disponível em http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8220:basta-de-falsas-ilusoes&catid=110:espanha, acessado em 14.08.15.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade.** Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo.** Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA. **Informe Político: VII Congresso da União da Juventude Comunista. Organizando rebeldias, massificando lutas!** 20.05.15. Disponível em <http://pcb.org.br/portal2/8375>, acessado em 12.08.15.

VALENTE, I. **O discurso do ódio e da intolerância viola a democracia.** 25.06.2015. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/814/o-discurso-do-odio-e-da-intolerancia-viol-a-democracia>. Acessado em 18.08.2015.

VALENTE, I. **Contra o preconceito e a discriminação: os que praticam precisam ser repudiados!** 29.10.2014. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/727/contra-o-preconceito-e-a-discriminacao-os-que-praticam-precisam-ser-repudiados>. Acessado em 18.08.2015.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015.** Disponível em <http://www.lage.ib.usp.br/manif/>, acessado em 20.07.15.